

Requeiro, nos termos do Regimento Interno, inserção em ata de voto de aplauso pelo **BI-CENTENÁRIO DA BIBLIOTECA NACIONAL**, ocorrido a 29 de outubro de 2010.

JUSTIFICAÇÃO

A Biblioteca Nacional do Brasil é uma das dez maiores do mundo. O acervo, com cerca de 9 milhões de obras, tem origem na coleção de dom João VI. A instituição é referência em projetos de restauração e digitalização na América Latina.

Possui uma das mais raras e ricas coleções em suporte papel do mundo, de acordo com a UNESCO. Durante seus 300 anos iniciais de história atlântica, Portugal proibiu, cerceou e controlou a entrada de livros em sua colônia americana. O histórico legado bibliográfico que hoje comemoramos encontra-se aqui por uma fatalidade. Ou, dependendo do ponto de vista, uma felicidade.

Em breve histórico, a invasão de Portugal em 1807 por forças francesas e espanholas levou a monarquia portuguesa à tomada de uma medida extrema para garantir a integridade de sua dinastia. Com a transferência da Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro, apenas os mais valiosos bens e as pessoas mais importantes teriam vaga garantida na travessia. Nos planos, estava a Real Biblioteca, coleção-mãe da futura Biblioteca Nacional.

Na prática, entretanto, o frenesi de uma nobreza em fuga amesquinhou o fantástico conjunto de cerca de 60 mil peças, algumas mesmo únicas, deixando-o debaixo de uma chuvosa Lisboa, em caixões no cais do porto de Belém. Ordens amargas foram dadas ao partirem os navios: todos os papéis de Estado encontrados nos gabinetes da Real Biblioteca deveriam ser queimados.

Todavia, os responsáveis pela execução das ordens não as acataram.

Eles se mostraram diligentes e apegados à coleção da Família Real: além de não queimar papéis oficiais, preservaram os livros da rapina e do roubo dos franceses, que preferiram outras coleções, como a do Real Gabinete de História Natural.

Com a eventual saída francesa de Lisboa, os encarregados da Real Biblioteca trataram de enviar a coleção à nova Corte, conforme desejava dom João. O monarca tinha lá seus motivos para tal. Em 1755, um terremoto, seguido de maremoto e incêndio, destruiu uma porção considerável de Lisboa, devastando também a biblioteca da casa real.

Esse precioso conjunto havia sido amealhado por gerações de reis portugueses. Dom José I, monarca de Portugal à época, não mediu esforços para reconstruir sua livraria real, fato que demonstra o apreço e a importância que a realeza depositava nos livros. Após esse lento processo de formação de uma nova biblioteca ao longo da segunda metade do século XVIII, imagina-se que o príncipe regente não tinha interesse em ficar afastado de seus preciosos livros e papéis.

O envio das coleções se deu em três levadas distintas entre os anos de 1809 e 1811. Em outubro de 1810, dom João decretou que a Real Biblioteca ficasse acomodada nas catacumbas do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, a primeira de suas “casas” nos trópicos...

Em 2010, celebram-se os duzentos anos dessa história paradoxal. Uma colônia, que carecia de estímulos para a indústria e era cercada de toda sorte de controle a supostos perigos externos (livros incluídos), torna-se depositária de uma das coleções bibliográficas mais preciosas do Velho Mundo.

Todo um acúmulo de conhecimento lá surgido – idéias de progresso e luzes que haviam sido ofuscadas nas possessões americanas de Portugal, mas também marcas de centenária tradição européia – encontraram-se a partir de 1810 potencialmente disponíveis para sonhadores, realizadores, ou simples curiosos. E, com o passar das décadas, acompanharam o Brasil em sua longa saga para forjar uma nação.

Ao transpor o oceano rumo ao novo reino, o príncipe Dom João VI trouxe consigo uma biblioteca. O Brasil independente transformou a velha coleção real em biblioteca oficial do novo país.

Em 1858 os livros foram transferidos do sítio inicial do convento do Carmo para o edifício no Passeio Público, sobre o qual posteriormente seria erguida a atual Escola da Música.

A Biblioteca encontrou sua sede definitiva em 1910, no edifício monumental projetado por Francisco Marcelino de Souza Aguiar. O evento fez parte do momento eclético da arquitetura brasileira, quando as reformas urbanas do prefeito Pereira Passos fizeram da Avenida Central o marco do Rio de Janeiro como a capital moderna do Brasil republicano.

A Biblioteca Nacional guarda na sua Divisão de Iconografia os documentos que contam a história de sua arquitetura. Por meio deles, podemos recuperar a memória construtiva das paredes e tetos que foram concebidos para a guarda da história intelectual da nação.

Preciosidades como desenhos, álbuns de fotografias e a superfície azul das cópias Ozalid revelam o tempo decorrido caminhando lado a lado com a tecnologia. Vislumbramos os tempos do projeto e da construção, o dia a dia nos espaços da instituição até as recentes obras de restauração e as propostas para a sua expansão.

Comemora-se assim também, em 2010, o centenário do edifício da Biblioteca Nacional, enfrentando novos desafios: preparar-se para o futuro preservando ao mesmo tempo a memória de um país e a magnitude agora secular de sua arquitetura.

Em comemoração à data e ao Dia Nacional do Livro, além de Mostra Comemorativa do Bi-Centenário inaugurada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Cultura, João Luiz Silva Ferreira (Juca Ferreira), a Ação da Cidadania lançou na data a 18ª edição da Campanha Natal sem Fome dos Sonhos, mediante a coleta de brinquedos e livros infanto-juvenis para distribuição em comunidades pobres no fim do ano, em diversos estados.

Sala das Sessões, de dezembro de 2010.

Senador EDUARDO AZEREDO